

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	247.128
Preferenciais	36.158
Total	283.286
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		1,08887
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		1,08887
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe CR	3,18707
Assembléia Geral Extraordinária	05/05/2011	Restituição de Capital	05/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe CR	193,00000
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2011	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe CR	7,61402

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	24.189.955	22.287.158
1.01	Ativo Circulante	1.431.524	1.070.544
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	302	911
1.01.03	Contas a Receber	935.317	630.672
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	935.317	630.672
1.01.03.02.01	Dividendos e JCP	610.698	364.208
1.01.03.02.02	Juros s/ ações resgatáveis	96.629	38.474
1.01.03.02.03	Ações preferenciais resgatáveis	227.927	227.927
1.01.03.02.10	Outros créditos	63	63
1.01.06	Tributos a Recuperar	495.905	438.961
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	495.905	438.961
1.02	Ativo Não Circulante	22.758.431	21.216.614
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.271.979	1.271.979
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.271.979	1.271.979
1.02.01.09.03	Ações resgatáveis	1.271.979	1.271.979
1.02.02	Investimentos	21.116.896	19.575.079
1.02.02.01	Participações Societárias	21.116.896	19.575.079
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	21.116.896	19.575.079
1.02.04	Intangível	369.556	369.556
1.02.04.01	Intangíveis	369.556	369.556
1.02.04.01.02	Goodwill	369.556	369.556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	24.189.955	22.287.158
2.01	Passivo Circulante	2.319.144	2.231.979
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.615	607
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.615	607
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	6
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	29.615	601
2.01.05	Outras Obrigações	2.289.529	2.231.372
2.01.05.02	Outros	2.289.529	2.231.372
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.964.907	1.964.907
2.01.05.02.04	Ações resgatáveis - vlr principal	227.927	227.927
2.01.05.02.05	Juros s/ ações resgatáveis	96.632	38.474
2.01.05.02.10	Outros	63	64
2.02	Passivo Não Circulante	1.271.979	1.271.979
2.02.02	Outras Obrigações	1.271.979	1.271.979
2.02.02.02	Outros	1.271.979	1.271.979
2.02.02.02.03	Ações resgatáveis	1.271.979	1.271.979
2.03	Patrimônio Líquido	20.598.832	18.783.200
2.03.01	Capital Social Realizado	7.106.481	7.106.481
2.03.04	Reservas de Lucros	12.892.258	12.892.258
2.03.04.01	Reserva Legal	1.078.783	1.078.783
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.451.795	1.451.795
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	10.361.680	10.361.680
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.949.907	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	500.904	499.004
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-1.850.718	-1.714.543

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.940.344	398.846
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.260	-886
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.970.604	399.732
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.940.344	398.846
3.06	Resultado Financeiro	9.563	6.428
3.06.01	Receitas Financeiras	67.721	61.734
3.06.01.01	Juros sobre ações resgatáveis	58.157	55.306
3.06.01.02	Outras receitas financeiras	9.564	6.428
3.06.02	Despesas Financeiras	-58.158	-55.306
3.06.02.01	Juros sobre ações resgatáveis	-58.158	-55.306
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.949.907	405.274
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-964
3.08.01	Corrente	0	-964
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.949.907	404.310
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.949.907	404.310
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	7,07733	1,46747
3.99.01.02	PN	7,07733	1,46747

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	1.949.907	404.310
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-134.275	264.739
4.02.01	Ajustes reflexos de controlada de controle compartilhado - Ajustes acum de conversão	-136.175	271.174
4.02.02	Ganhos/perdas não realizadas em investimentos disponíveis para a venda	-157	622
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa	2.057	-7.057
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.815.632	669.049

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-609	19.189
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-30.246	19.189
6.01.01.01	Lucro líquido no período	1.949.907	404.310
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	-1.970.604	-399.732
6.01.01.03	Dividendos e JCP recebidos	0	19.975
6.01.01.04	Outros	-9.549	-5.364
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29.637	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-19.975
6.03.01	JCP e Dividendos pagos	0	-19.975
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-609	-786
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	911	3.413
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	302	2.627

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.106.481	0	12.892.258	0	-1.215.539	18.783.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.106.481	0	12.892.258	0	-1.215.539	18.783.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.949.907	-134.275	1.815.632
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.949.907	0	1.949.907
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-134.275	-134.275
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.057	2.057
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-136.175	-136.175
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	-157	-157
5.07	Saldos Finais	7.106.481	0	12.892.258	1.949.907	-1.349.814	20.598.832

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.106.481	0	8.133.219	1.016.784	-1.175.375	15.081.109
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.106.481	0	8.133.219	1.016.784	-1.175.375	15.081.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	404.310	264.739	669.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	404.310	0	404.310
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	264.739	264.739
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.057	-7.057
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	271.174	271.174
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	622	622
5.07	Saldos Finais	7.106.481	0	8.133.219	1.421.094	-910.636	15.750.158

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-602	-886
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-486	-769
7.02.04	Outros	-116	-117
7.03	Valor Adicionado Bruto	-602	-886
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-602	-886
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.980.167	406.160
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.970.604	399.732
7.06.02	Receitas Financeiras	9.563	6.428
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.979.565	405.274
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.979.565	405.274
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.658	964
7.08.02.01	Federais	29.630	964
7.08.02.03	Municipais	28	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.949.907	404.310
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.949.907	404.310

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	24.196.494	22.343.624
1.01	Ativo Circulante	1.338.530	1.001.683
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.751	28.867
1.01.03	Contas a Receber	835.126	502.619
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	835.126	502.619
1.01.03.02.01	Dividendos e JCP	510.506	236.156
1.01.03.02.02	Juros sobre ações resgatáveis	96.629	38.474
1.01.03.02.03	Ações preferenciais resgatáveis	227.927	227.927
1.01.03.02.10	Outras	64	62
1.01.06	Tributos a Recuperar	500.653	470.197
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	500.653	470.197
1.02	Ativo Não Circulante	22.857.964	21.341.941
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.271.979	1.271.979
1.02.01.03	Contas a Receber	1.271.979	1.271.979
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.271.979	1.271.979
1.02.02	Investimentos	20.813.083	19.297.060
1.02.02.01	Participações Societárias	20.813.083	19.297.060
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	20.813.083	19.297.060
1.02.04	Intangível	772.902	772.902
1.02.04.02	Goodwill	772.902	772.902

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	24.196.494	22.343.624
2.01	Passivo Circulante	2.325.683	2.288.445
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.153	57.074
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	36.153	57.074
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	79	55.490
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	36.074	1.584
2.01.05	Outras Obrigações	2.289.466	2.231.308
2.01.05.02	Outros	2.289.466	2.231.308
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.964.907	1.964.907
2.01.05.02.04	Juros sobre ações resgatáveis	96.632	38.474
2.01.05.02.05	Ações resgatáveis - Parcela circulante do principal	227.927	227.927
2.01.06	Provisões	64	63
2.01.06.02	Outras Provisões	64	63
2.02	Passivo Não Circulante	1.271.979	1.271.979
2.02.02	Outras Obrigações	1.271.979	1.271.979
2.02.02.02	Outros	1.271.979	1.271.979
2.02.02.02.03	Ações resgatáveis	1.271.979	1.271.979
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	20.598.832	18.783.200
2.03.01	Capital Social Realizado	7.106.481	7.106.481
2.03.04	Reservas de Lucros	12.892.258	12.892.258
2.03.04.01	Reserva Legal	1.078.783	1.078.783
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.451.795	1.451.795
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	10.361.680	10.361.680
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.949.907	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	500.904	499.004
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-1.850.718	-1.714.543

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.940.124	398.785
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.938	-1.079
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.973.062	399.864
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.940.124	398.785
3.06	Resultado Financeiro	9.862	6.489
3.06.01	Receitas Financeiras	9.862	6.489
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.949.986	405.274
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-79	-964
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.949.907	404.310
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.949.907	404.310
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.949.907	404.310
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	7,07733	1,46747
3.99.01.02	PN	7,07733	1,46747

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-26.117	-1.041
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-32.727	-991
6.01.01.01	Lucro líquido no período	1.949.907	404.310
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	-1.973.062	-399.864
6.01.01.04	Outros	-9.572	-5.437
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.610	-50
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-19.975
6.03.01	JCP e Dividendos Pagos	0	-19.975
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26.117	-21.016
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.868	24.340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.751	3.324

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.106.481	0	12.892.258	0	-1.215.539	18.783.200	0	18.783.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.106.481	0	12.892.258	0	-1.215.539	18.783.200	0	18.783.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.949.907	-134.275	1.815.632	0	1.815.632
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.949.907	0	1.949.907	0	1.949.907
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-134.275	-134.275	0	-134.275
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.057	2.057	0	2.057
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-136.175	-136.175	0	-136.175
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	-157	-157	0	-157
5.07	Saldos Finais	7.106.481	0	12.892.258	1.949.907	-1.349.814	20.598.832	0	20.598.832

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.106.481	0	8.133.219	1.016.784	-1.175.375	15.081.109	0	15.081.109
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.106.481	0	8.133.219	1.016.784	-1.175.375	15.081.109	0	15.081.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	404.310	264.739	669.049	0	669.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	404.310	0	404.310	0	404.310
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	264.739	264.739	0	264.739
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.057	-7.057	0	-7.057
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	271.174	271.174	0	271.174
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	622	622	0	622
5.07	Saldos Finais	7.106.481	0	8.133.219	1.421.094	-910.636	15.750.158	0	15.750.158

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-667	-1.080
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-543	-851
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-124	-229
7.03	Valor Adicionado Bruto	-667	-1.080
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-667	-1.080
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.982.924	406.354
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.973.062	399.864
7.06.02	Receitas Financeiras	9.862	6.490
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.982.257	405.274
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.982.257	405.274
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.350	964
7.08.02.01	Federais	32.350	964
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.949.907	404.310
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.949.907	404.310

Comentário do Desempenho

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ Nº **00.743.065/0001-27**

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO para o trimestre findo em 31 de março de 2011

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Litel Participações S.A. (“Litel” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório de revisão auditores independentes, referentes ao período findo em 31 de março de 2011.

Perfil Corporativo

A Litel é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, constituída em 21 de Julho de 1995, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como sócia, quotista ou acionista. A sua atividade preponderante é a participação como acionista controladora de forma direta e indireta na *holding* Valepar S.A. (“Valepar”) e de forma direta nas empresas Litela Participações S.A. (“Litela”) e Litelb Participações S.A. (“Litel B”) A Valepar é uma sociedade de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista controlador da Vale S.A. (“Vale”). Litela e Litel B são sociedades de capital fechado, cujo objeto é a participação direta no capital da Valepar.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, líder mundial na produção de minério de ferro e pelotas, e a segunda maior produtora de níquel. É uma mineradora brasileira presente nos cinco continentes com a missão de transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável.

A Vale tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

Os comentários do desempenho da Litel decorrem dos comentários de desempenho da sua controlada indireta Vale. As operações da Vale, cujas informações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011 já foram divulgadas ao mercado, podem ser obtidas em www.vale.com.br ou por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia") foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participações de forma indireta na Vale S.A. ("Vale") e direta e indireta na Valepar S.A. ("Valepar"), na Litela Participações S.A. ("Litela") e na Litel B Participações S.A. ("Litel B") (Grupo Litel, Litela e Litel B.). A Litel e as controladas Litela e Litel B, são conjuntamente denominadas Grupo.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

A Valepar é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista controlador da Vale S.A.

Litel B e Litela são sociedades por ações de capital fechado, cujo objeto é a participação direta ou indireta no capital da Valepar.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

A Companhia é signatária de instrumento particular de Acordo de Acionistas em conjunto com os demais acionistas da Valepar, o qual regula os respectivos direitos e obrigações decorrentes de sua condição de titulares da totalidade do capital social e, como tal, responsáveis pela eleição dos administradores da Valepar e por sua orientação, para o fim de exercer o poder de controle em assembléias gerais e reuniões do Conselho de Administração, bem como o de buscar uma administração compartilhada da Vale.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 2 de Setembro de 2011.

2 Sumário das Principais Práticas e Estimativas Contábeis

2.1 Base de preparação

(a) Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pelo mencionado na nota 3 no que se refere à consolidação de investidas em conjunto.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 21 Demonstração Intermediária, e de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Demonstrações Contábeis intermediárias da Controladora

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC's e são publicadas juntas com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante).

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 e as operações dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010, da controladora e de suas controladas diretas Litela e Litel B.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011

Em milhares de reais

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada em conjunto e coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto e coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retido o controle compartilhado ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil do investimento na controlada em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é que é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável quando haja evidência de que o investimento possa estar deteriorado. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida nessas circunstâncias não é alocada para algum ativo que constitui parte do valor contábil do investimento na coligada, incluindo o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*).

A consolidação e participações no capital social das controladas em conjunto são apresentadas nas seguintes proporções:

<u>Controladas</u>	<u>% de participação no capital total</u>
Diretas	
Litela Participações S.A.	100
Litel B Participações S.A.	100

Em conjunto

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

Valepar S.A. (*)	58,06
Indireta em conjunto Vale S.A.	19,32

(*) Inclui 52,98% de participação direta e 5,08% de participação indireta através da Litela Participações S.A.

As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as Companhias consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados.

(d) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

No caso da Litel, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis intermediárias individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas e coligadas, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas e operações de *hedge* de investimento líquido qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

(c) Empresas do Grupo

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão *impaired*. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos a curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

2.6 Ações resgatáveis – instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido emitidos pela Companhia compreendem notas obrigatoriamente conversíveis em capital social, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo como componente de passivo financeiro reconhecido os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.7 Redução para valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Ativos financeiros

A Companhia analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não financeiro de longa duração não será recuperável. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil desse ativo não financeiro excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo não financeiro (deterioração), cabendo também neste momento a revisão dos ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido redução do saldo contábil por não recuperação, para uma eventual reversão desses valores baixados. Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo não financeiro individualmente, é realizada a análise do valor recuperável dos ativos não financeiros agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente da unidade geradora de caixa - UGC, à qual o ativo pertence.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia reconhece as despesas de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro contábil (lucro apresentado na demonstração de resultados), porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

2.9 Reconhecimento da receita

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(b) A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.10 Destinação dos resultados e distribuição de remuneração aos acionistas

No encerramento do exercício, a Companhia destina seus resultados entre remuneração aos acionistas e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a Companhia pode utilizar a modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

2.11 Capital social

O capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido e preferenciais resgatáveis tratáveis como passivo, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.12 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis.

Esta demonstração representa um dos elementos componentes do Balanço Social que tem por objetivo principal apresentar com grande evidência a criação de riqueza por parte da entidade e sua distribuição durante o exercício divulgado.

3 Pronunciamentos contábeis

(a) Mudança de prática contábil

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

As demonstrações contábeis do trimestre findo em 31 de março de 2011 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão sendo impactadas pela adoção do CPC 19 (R1) aprovados pela deliberação CVM nº 666 de 04 de agosto de 2011.

O Grupo passou a adotar o método de equivalência patrimonial para a avaliação dos investimentos em entidades onde tem controle compartilhado.

Dessa forma, os investimentos na Vale e Valepar deixam de ser consolidados proporcionalmente. Os saldos comparativos das informações financeiras intermediárias foram reapresentados.

(b) Novos pronunciamentos

A exceção das mudanças descritas parágrafo anterior, não foram identificados impactos significativos, pela adoção de novos pronunciamentos contábeis emitidos no período. A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas demonstrações contábeis, os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção destes pronunciamentos.

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela controlada em conjunto indireta Vale.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Caixa e bancos	12	11	31	33
Aplicações financeiras	290	900	2.720	28.834
	<u>302</u>	<u>911</u>	<u>2.751</u>	<u>28.867</u>

Está representada substancialmente pelos saldos bancários e por aplicações em fundos de renda fixa, considerados investimentos de baixo risco. No consolidado, parte das aplicações em reais são indexadas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e parte em dólares em *time deposits*, com prazo de vencimento inferior a três meses, classificado como ativo financeiro.

6 Tributos a recuperar ou compensar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>

Notas Explicativas**Litel Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais

IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	446.833	357.902	447.201	359.327
IRRF sobre recebimentos de JCP	48.023	80.040	52.261	109.424
IRRF sobre aplicações financeiras	3	55	120	332
Antecipações de IRPJ	1.046	964	1.071	1.114
	<u>495.905</u>	<u>438.961</u>	<u>500.653</u>	<u>470.197</u>

Investimentos**Investimentos - controladora**

Os investimentos e intangíveis da controladora estão representados como segue:

	Em 31 de março de 2011			
	Litela	Litel B	Valepar	Total
Dados dos investimentos para cálculo da equivalência				
Percentual de participação direta	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>52,98%</u>	
Patrimônio líquido	<u>2.123.327</u>	<u>2.363</u>	<u>35.843.693</u>	
Lucro líquido do período	<u>170.074</u>	<u>172</u>	<u>3.397.921</u>	
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2010	1.965.006	2.191	17.607.882	19.575.079
Equivalência patrimonial	170.074	172	1.800.358	1.970.604
Juros sobre o capital próprio deliberados			(294.513)	(294.513)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	<u>(11.753)</u>		<u>(122.521)</u>	<u>(134.274)</u>
Saldo dos investimentos em 31 de março de 2011	<u>2.123.327</u>	<u>2.363</u>	<u>19.991.206</u>	<u>21.116.896</u>

	Em 31 de março de 2010			
	Litela	Litel B	Valepar	Total
Dados dos investimentos para cálculo da equivalência				
Percentual de participação direta	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>52,98%</u>	
Patrimônio líquido	<u>1.701.077</u>	<u>1.944</u>	<u>25.949.522</u>	
Lucro líquido do período	<u>34.916</u>	<u>(48)</u>	<u>688.628</u>	

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2009	1.642.988	1.992	13.142.700	14.787.680
Equivalência patrimonial	34.916	(48)	364.864	399.732
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	<u>23.173</u>	<u> </u>	<u>241.566</u>	<u>264.739</u>
Saldo dos investimentos em 31 de março de 2010	<u>1.701.077</u>	<u>1.944</u>	<u>13.749.130</u>	<u>15.452.151</u>

Informações sobre os investimentos

(a) Valepar S.A.

O objeto social da Valepar é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Vale, da qual possui 1.716.435 mil ações ordinárias e 20.340 ações preferenciais representativas de 33,28% do capital total e 53,48% do capital votante, sendo 1.265.316 mil ações ordinárias adquiridas em leilão de privatização, 303.272 mil ações ordinárias através de incorporação ao seu capital das ações detidas anteriormente pela Litel e, em julho de 2008, a Valepar adquiriu 168.187 mil ações, sendo 147.847 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais, através de Oferta Global de Ações da Vale.

As ações da Valepar não são negociadas em Bolsa de Valores. As demonstrações contábeis da Valepar foram auditadas por nossos auditores independentes, cujo parecer foi emitido sem ressalva em 14 de março de 2011.

Em julho de 2008, a Valepar emitiu 136.017 mil ações preferenciais resgatáveis, sendo 47.601 mil ações preferenciais Classe B e 88.416 mil ações preferenciais Classe C, a fim de captar recursos para a participação na Oferta Global de Ações da Vale.

O Capital social da Valepar é dividido em 1.718.204 mil ações sendo 1.300.906 mil ações ordinárias, 281.281 mil ações preferenciais classe A, 47.601 mil ações preferenciais classe B e 88.416 mil mil ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal.

O investimento direto da Litel na Valepar corresponde a 838.309 mil ações representativas de 48,79% do capital total da Valepar e 52,98% do capital total excluindo-se as ações resgatáveis que para fins contábeis são tratadas como instrumento de dívida.

(b) Litela Participações S.A.

Corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Valepar, da qual possui 80.417 mil ações preferenciais classe A, representativas de 4,68% do capital total em 31 de março de 2011 e 5,08% do capital total excluindo-se as ações resgatáveis, adquiridas através da compra das ações integrantes do lotes de ações ofertados pela Sweet River Investments, Ltd.

(c) Litel B Participações S.A.

Em 3 de julho de 2008, a Litel adquiriu 799 ações (setecentas e noventa e nove ações) da companhia Thera Participações S.A. representativas de 100% de seu capital social, e na mesma data, em Assembléia Geral Extraordinária alterou a razão social que passou a ser denominada Litel B Participações S.A. no valor de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais). O objeto da Litel B é o de participar como acionista na emissão das ações preferências resgatáveis da Classe C da Valepar.

Em 10 de julho de 2008, foi deliberado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Litel B, a emissão de ações preferenciais resgatáveis classe A no montante de R\$ 1.500 mediante a emissão de 7.772.020 ações nessa forma. A Litel B subscreveu a totalidade destas ações com os recursos aportados pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI com o objetivo de captar recursos para aquisição de ações resgatáveis emitidas pela Valepar.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

Ainda em julho, a Litel B adquiriu 25.862 mil ações preferenciais resgatáveis da Classe C emitidas pela Valepar S.A.

As características das ações preferenciais resgatáveis classe A, emitidas pela Litel B são as seguintes:

- (i) Direito pleno de voto nas assembleias gerais da Controlada Litel B.
- (ii) Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009, com base em uma taxa pré-fixada de 16% ao ano. O valor a ser recebido em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais).

$$\text{Parâmetro Pré} = \{(1 + \text{TaxaPré})^{(N/252)} - 1\}.$$

Em 31 de março de 2011, o montante de dividendos fixos a receber da Litel B é de R\$ 96.631.

- (iii) São resgatáveis semestralmente, conforme tabela abaixo, e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da controlada Litel B.

Ações preferenciais resgatáveis Classe "A"

<u>Quantidade</u>	<u>Valor em reais</u>	<u>Data do resgate</u>
590.518	113.970	5 de maio de 2011
590.518	113.970	5 de novembro de 2011
471.132	90.928	5 de maio de 2012
471.132	90.928	5 de novembro de 2012
544.088	105.009	5 de maio de 2013
544.088	105.009	5 de novembro de 2013
1.432.632	276.498	5 de maio de 2014
1.432.632	276.498	5 de novembro de 2014
847.640	163.595	5 de maio de 2015
847.640	163.595	5 de novembro de 2015
<u>7.772.020</u>	<u>1.500.000</u>	

Os recursos aportados na Litel B foram integralmente utilizados na controlada em conjunto Valepar que também emitiu ações preferenciais resgatáveis com direito a dividendo fixo cumulativo. O objetivo final desta operação foi manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar.

- (iv) Em 29 de abril de 2011 (evento subsequente), foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada na controlada Litel B a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 24.770, correspondente ao valor bruto de R\$ 3,19 e ao valor líquido de R\$ 2,71 por cada ação. Adicionalmente, foi deliberada a distribuição de dividendos fixos no montante de R\$ 62.892, correspondente ao valor de R\$ 8,09 por cada ação resgatável.
- (v) Em 05 de maio de 2011 (evento subsequente), foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na controlada Litel B o resgate parcial de ações preferenciais de classe A (590.518 ações ao valor unitário de R\$ 193). A Litel fez jus ao montante de R\$ 113.970. Em virtude do resgate, o investimento da Companhia na Litel B, a partir desta data, é composto de 7.181.502 ações preferenciais de classe A.

Notas Explicativas**Litel Participações S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011**

Em milhares de reais

Investimentos - consolidado

	Participação indireta da Litel	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Valepar	18.991.206	17.607.882
Valepar (participação indireta no investimento da Litela)	1.821.782	1.689.083
Valepar (participação indireta no investimento da Litel B)	<u>95</u>	<u>95</u>
	<u>20.813.083</u>	<u>19.297.060</u>

8 Intangíveis (ágio)**(a) Intangíveis - controladora**

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o valor do intangível é R\$ 369.556 e refere-se ao ágio sobre o investimento da Litel na Valepar e está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura.

A amortização deste ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008, quando passou a ser testado por recuperabilidade (impairment) anualmente.

Não foram identificadas evidências de impairment nos investimentos durante o período.

(b) Intangíveis - consolidado

	Participação indireta da Litel	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Ágio sobre o investimento da Litel na Valepar	369.556	369.556
Ágio sobre o investimento da Litela na Valepar	<u>403.346</u>	<u>403.346</u>
	<u>772.902</u>	<u>772.902</u>

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

9 Ações preferenciais resgatáveis Classe C

A Companhia, com o objetivo de manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar, emitiu 7.772.020 ações preferenciais resgatáveis Classe C com direito a dividendo fixo cumulativo, que foram subscritas em sua totalidade pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ao valor unitário de R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais). O valor total da captação correspondeu ao montante de R\$1.500.000 que foram aportados, na mesma data, em sua controlada Litel B, sendo que essa última repassou esses recursos para Valepar, também na forma de ações preferenciais resgatáveis.

As ações preferenciais resgatáveis Classe C tem como características principais:

- (a) Conferem aos seus titulares todos os direitos atribuídos pelo estatuto social às ações ordinária da Companhia, com exceção do direito de voto.

Adicionalmente está assegurado o direito a voto nas ocasiões previstas em Lei.

- (b) Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009 (em maio e em novembro), correspondente a uma taxa pré-fixada de 16% a.a. O valor a ser pago em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais) e está limitado ao valor efetivamente recebido pela Companhia a título de dividendos fixos cumulativos a serem distribuídos pela controlada Litel B.

$$\text{Parâmetro Pré} = \{(1 + \text{TaxaPré})^{(N/252)} - 1\}.$$

- (c) Serão resgatáveis semestralmente, conforme tabela abaixo, e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Companhia:

Quantidade	Ações preferenciais resgatáveis Classe "C"	
	Valor em reais	Data do resgate
590.518	113.970	5 de maio de 2011
590.518	113.970	5 de novembro de 2011
471.132	90.928	5 de maio de 2012
471.132	90.928	5 de novembro de 2012
544.088	105.009	5 de maio de 2013
544.088	105.009	5 de novembro de 2013
1.432.632	276.498	5 de maio de 2014
1.432.632	276.498	5 de novembro de 2014
847.640	163.595	5 de maio de 2015
847.640	163.595	5 de novembro de 2015
7.772.020	1.500.000	

- (d) Na primeira vez em que a Companhia descumprir as obrigações de pagamento dos dividendos fixos cumulativos e/ou de resgate parcial das ações preferenciais resgatáveis da Classe C nos prazos e datas estabelecidas, o valor programado e não pago ou resgatado, apurado na data em que se configurou o respectivo descumprimento, será equivalente à "Taxa Pré" definida no item anterior, e acrescido de 2% ao ano, até a data do efetivo pagamento integral do valor programado e não pago ou resgatado. Caso o valor programado e não pago ou resgatado não seja pago ou resgatado integralmente até a próxima data de pagamento prevista no primeiro descumprimento, caracterizará um segundo descumprimento, pelo qual serão aplicadas as regras previstas no item abaixo.

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011

Em milhares de reais

- (e) A partir do segundo descumprimento, consecutivo ou não, em que a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos cumulativos e/ou deixar de resgatar qualquer lote das ações preferenciais resgatáveis da Classe C nos prazos e datas previstos:
- A "Taxa Pré", definida no item acima, de cada período subsequente a um período no qual não haja realização de um pagamento programado às "Ações Preferenciais Classe C", seja a título de dividendos fixos cumulativos ou de resgate, será majorado em 2% (dois por cento) ao ano, aplicado para o período compreendido entre a data em que se configurou o segundo inadimplemento em questão e o seu pagamento integral.
 - O valor dos dividendos fixos cumulativos e/ou resgate não realizados na data programada será:
 - Apurado na data em que se configurou o respectivo não pagamento.
 - A partir de então, e até o seu pagamento integral, corrigido pelo maior valor entre a "Taxa Pré" acrescida de 2% (dois por cento ao ano) e a taxa de remuneração em reais equivalente ao rendimento anual médio do título de emissão da Vale vincendo em 2036 (cód. ISIN: US91911TAH68), rendimento este calculado sobre o período de observação de 5 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores à data em que o pagamento do dividendo fixo cumulativo e/ou resgate deveriam ter sido realizados, com base na cotação média fornecida por 3 (três) bancos de primeira linha, acrescido de 2% (dois por cento) ao ano.

Os valores a serem pagos às ações preferenciais Classe C, por força do disposto acima, constituirão um acréscimo ao dividendo fixo cumulativo a que fizerem jus os acionistas preferenciais dessa classe de ações.

10 Tributos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido			79	55.490
Pis e Cofins incidentes sobre Juros sobre o Capital Próprio	29.615	601	32.228	1.576
Tributos incidentes sobre serviços de terceiros		6	3.846	8
	<u>29.615</u>	<u>607</u>	<u>36.153</u>	<u>57.074</u>

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é composto por 283.286 mil ações, sendo 247.128 mil ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A, 28.385 mil ações preferenciais classe B e todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia.

Os acionistas em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são os seguintes:

Acionistas	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
------------	----	---	-----	---	-----	---	-------	---

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

Fundo de Investimento em Ações								
Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.071	78	103	14	28.385.274	100	222.125.448	81
Fundo de Investimento em								
Ações Carteira Ativa II	53.387.982	22	43	6			53.388.025	19
Caixa de Previdência dos								
Funcionários do Banco do Brasil								
PREVI	19		146	20			165	
Fundação Petrobrás de Seguridade								
Social - PETROS	73		146	20			219	
Fundação dos Economistas								
Federais - FUNCEF	73		146	20			219	
Fundação CESP	73		146	20			219	
Conselheiros	4						4	
	<u>247.128.345</u>	<u>100</u>	<u>730</u>	<u>100</u>	<u>28.385.274</u>	<u>100</u>	<u>275.514.299</u>	<u>100</u>

(b) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social.

(c) Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. O saldo remanescente do resultado, após as distribuições propostas ou aprovadas em Assembleia, é destinado à Reserva de Lucros - Expansão/investimento. Essa reserva está sendo constituída, *ad referendum* da AGO, em conformidade com o plano de investimento de sua controlada em conjunto indireta Vale.

(d) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria).

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011

Em milhares de reais

(e) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia tem, em seus registros, notas obrigatoriamente conversíveis em ações, que serão convertidas utilizando ações em tesouraria, mantidas pela Companhia. Estas notas foram registradas como instrumento de capital, principalmente por não haver opção, tanto pela Companhia quanto por parte dos titulares de liquidar, total ou parcialmente, as operações com recursos financeiros, sendo, portanto, reconhecidas contabilmente liquidadas dos encargos financeiros, como componente específico do patrimônio líquido.

(f) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2010, foi deliberada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio sobre as ações ON e PN no montante de R\$ 300.000 correspondente ao valor bruto de R\$ 1,09 e ao valor líquido de R\$ 0,93 por ação e refere-se ao montante proposto em 2009.

A movimentação dos proventos a distribuir esta composto da seguinte forma:

	Dividendos propostos a deliberar (ações ON e PN)	Dividendos propostos a deliberar (ações resgatáveis)	JCP deliberado (ações ON e PN)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.523.634	38.474	441.273	2.003.381
RCA em 31.03.2011	(300.000)		300.000	
Juros s/ ações resgatáveis ref 1º trimestre de 2011		58.158		58.157
Saldo em 31 de março de 2011	1.223.634	96.632	741.273	2.061.539

11 Despesas operacionais e resultado financeiro

As despesas são demonstradas nos quadros como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Despesas gerais e administrativas				
Serviços (Consultoria, infraestrutura e outros)	543	935	486	769
Propaganda e publicidade	10	10	3	5
Aluguéis e impostos	32.270	23	29.657	4
Associações e Entidades de Classe	101	95	100	95
Outras	14	16	14	13
Total	32.938	1.079	30.260	886

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011

Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Despesas financeiras	(58.157)	(55.306)	(58.157)	(55.306)
Ações resgatáveis	(58.157)	(55.306)	(58.157)	(55.306)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	290	87	14	59
Variações monetárias e cambiais	9.572	6.402	9.549	6.369
Ações resgatáveis	58.157	55.306	58.157	55.306
	68.019	61.795	67.720	61.734
Resultado financeiro líquido	9.862	6.489	9.563	6.428

12 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui processos considerados como de perda provável.

Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras. A Litel é parte de um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requer o direito de adquirir um número específico de ações da Valepar S.A., que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias e ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em sentença parcial, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel estão obrigadas a proceder à venda de ações da Valepar S.A. à Elétron, e compor eventuais perdas e danos. A Litel, através de seus advogados, ingressou com ação anulatória da sentença parcial. A quantidade de ações a serem vendidas pela Companhia, o preço a ser recebido pela venda das ações em referência e o valor das eventuais perdas e danos não são claramente determinados. Dessa forma, embora não seja praticável estimar, de maneira confiável o desfecho dessa causa e seus possíveis reflexos contábeis, a Companhia considera que o valor que poderia afetar suas demonstrações financeiras não deve ultrapassar 4% de seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 desconsiderando-se eventuais indenizações por perdas e danos.

13 Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não tem quaisquer saldos e (ou) transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a empresa mantém uma relação comercial.

A remuneração dos administradores da companhia foi paga integralmente pelo acionista, sem o respectivo reembolso. Não há remuneração baseada em ações da própria companhia e incentivos de longo prazo.

14 Eventos Subsequentes

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2011, foi deliberada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio sobre as ações preferenciais de classe C (ações resgatáveis), no montante de R\$ 24.770 correspondente ao valor bruto de R\$ 3,19 por ação e ao valor líquido de R\$ 2,71 por ação. Adicionalmente, foi deliberada a distribuição de

Notas Explicativas

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2011 Em milhares de reais

dividendos fixos no montante de R\$ 59.176 correspondente ao valor de R\$ 7,61 por ação . Em 05 de maio de 2011, o pagamento de juros sobre o capital próprio foi efetuado integralmente e o montante pago de dividendos fixos foi de R\$ 41.626 (R\$ 5.355834366 por ação).

Em 5 de maio de 2011 (evento subsequente), foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o resgate parcial de ações preferenciais da classe C da Companhia (590.518 ações ao valor unitário de R\$ 193). O acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI fez jus ao montante de R\$ 113.970. Em virtude do resgate, o Estatuto Social da Companhia foi alterado para demonstrar que a partir desta data o Capital Social é composto de 7.181.502 ações preferenciais de classe C.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Litel Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Litel Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e conderada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ